



Revista Brasileira de História das Religiões

ISSN
1983-2850

SÃO LUÍS-MA | VOLUME 19 | NÚMERO 55 | JANEIRO-ABRIL 2026

CHAMADA TEMÁTICA - Fé e festas negras e afro-indígenas

 <https://doi.org/10.18764/1983-2850v19n55e28767>


“Xangô rezado alto” em Alagoas: festas públicas de lavagem e o afroturismo

Renata Lima

Doutora em Ciências Sociais. Professora do Curso de Turismo da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus Arapiraca/Unidade Educacional Penedo.

 <http://lattes.cnpq.br/6847220421148784>

 <https://orcid.org/0000-0001-6093-4188>

 renata.lima@penedo.ufal.br

Silvana Ramos

Doutora em Ciências Sociais. Professora do Curso de Turismo da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus Arapiraca/Unidade Educacional Penedo.

 <http://lattes.cnpq.br/2886313019289301>

 <https://orcid.org/0000-0003-3006-8076>


 silvana.ramos@penedo.ufal.br

Fabiana Lima

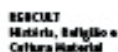
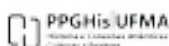
Doutora em Ciências Sociais. Professora do Curso de Turismo da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus Arapiraca/Unidade Educacional Penedo.

 <http://lattes.cnpq.br/5881173331233842>

 <https://orcid.org/0000-0002-6114-9242>

 fabiana.lima@penedo.ufal.br

RECEBIDO | 21 fev. 2026 – APROVADO | 10 abr. 2025



Resumo

O artigo examina as festas de lavagem realizadas em Alagoas como expressões culturais que articulam religiosidade, memória e afroturismo, compreendido simultaneamente como prática sociocultural, estratégia de valorização identitária e possibilidade de desenvolvimento local. Inserido no contexto histórico de intolerância religiosa marcado pelo Quebra de Xangô de 1912, o estudo parte do problema de compreender de que maneira tais manifestações contribuem para o fortalecimento das comunidades de terreiro e para a consolidação do afroturismo. Adotou-se abordagem qualitativa, fundamentada em estudo de caso múltiplo, com triangulação de métodos e fontes. Foram investigadas três celebrações: a Lavagem do Pátio da Igreja do Senhor do Bonfim, em Maceió; a Lavagem do Rosário dos Pretos; e a Lavagem da Calçada da Igreja do Senhor do Bonfim, ambas em Penedo. A pesquisa envolveu observação participante nas edições realizadas entre 2023 e 2025 e entrevistas semiestruturadas com lideranças religiosas e gestores públicos. Os resultados indicam que as festas de lavagem extrapolam a dimensão ritual, configurando-se como atos políticos de ocupação simbólica do espaço urbano e como estratégias de enfrentamento ao racismo religioso, ao mesmo tempo em que evidenciam potencial para integração estruturada às políticas de afroturismo. Contudo, identificam-se fragilidades no planejamento e na atuação do poder público estadual, o que limita a consolidação dessas práticas como política pública contínua. Conclui-se que tais celebrações constituem dispositivos socioculturais capazes de fortalecer o afroturismo e articular religiosidade, memória e desenvolvimento local, desde que preservado o protagonismo das comunidades de terreiro e evitada a descaracterização ritual decorrente de processos de espetacularização.

Palavras-chave: festas de lavagem; afroturismo; intolerância religiosa; patrimônio cultural; Alagoas.

‘Xangô Rezado Alto’ in Alagoas: public washing rituals and afrotourism

Abstract

This article examines the washing festivals held in Alagoas as cultural expressions that articulate religiosity, memory, and Afrotourism, understood as a sociocultural practice, a strategy for identity valorization, and a pathway for local development. Situated within the historical context of religious intolerance marked by the 1912 Quebra de Xangô, the study seeks to understand how these manifestations contribute to strengthening terreiro communities and consolidating Afrotourism. A qualitative approach was adopted, based on a multiple case study and triangulation of methods and sources. Three celebrations were investigated: the Washing of the Courtyard of Senhor do Bonfim Church (Maceió), the Washing of Rosário dos Pretos, and the Washing of the Sidewalk of Senhor do Bonfim Church (Penedo). Data collection included participant observation between 2023 and 2025 and semi-structured interviews with religious leaders and public managers. The findings show that these festivals transcend their ritual dimension, functioning as political acts of symbolic occupation of urban space and as strategies to confront religious racism. They also demonstrate potential for structured integration into Afrotourism policies. However, limitations in planning and state-level public action restrict their consolidation as continuous public policy. The study concludes that these celebrations can strengthen Afrotourism and articulate religiosity, memory, and local development, provided that the protagonism of terreiro communities is preserved and ritual integrity is safeguarded.

Keywords: washing festivals; afrotourism; religious intolerance; cultural heritage; Alagoas.

‘Xangô Rezado Alto’ en Alagoas: fiestas de lavado ritual y afroturismo

Resumen

El artículo examina las fiestas de lavado realizadas en Alagoas como expresiones culturales que articulan religiosidad, memoria y afroturismo, entendido como práctica sociocultural, estrategia de valorización identitaria y posibilidad de desarrollo local. En el contexto histórico de intolerancia religiosa marcado por el Quebra de Xangô de 1912, el estudio busca comprender cómo estas manifestaciones contribuyen al fortalecimiento de las comunidades de terreiro y a la consolidación del afroturismo. Se adoptó un enfoque cualitativo, basado en un estudio de caso múltiple, con triangulación de métodos y fuentes. Se analizaron tres celebraciones: la Lavagem del Patio de la Iglesia del Señor do Bonfim, en Maceió; la Lavagem del Rosário dos Pretos; y la Lavagem de la Calzada de la Iglesia del Señor do Bonfim, ambas en Penedo. La investigación incluyó observación participante (2023–2025) y entrevistas semiestructuradas con liderazgos religiosos y gestores públicos. Los resultados indican que estas fiestas trascienden la dimensión ritual, configurándose como actos políticos de ocupación simbólica del espacio urbano y estrategias de enfrentamiento al racismo religioso, además de evidenciar potencial para su integración en políticas de afroturismo. Sin embargo, se identifican debilidades en la planificación y actuación del poder público, lo que limita su conso-

lidación como política pública continua. Se concluye que estas celebraciones fortalecen el afroturismo y articulan religiosidad, memoria y desarrollo local, siempre que se preserve el protagonismo de las comunidades de terreiro. **Palabras clave:** fiestas de lavado; afroturismo; intolerancia religiosa; patrimonio cultural; Alagoas.

Introdução

As festas de lavagem constituem manifestações públicas de terreiro que atualizam, no espaço público, o ritual das Águas de Oxalá. Esse rito remete à narrativa mítica da prisão injusta de Oxalá quando, em viagem para visitar seu filho Xangô, foi detido por engano e submetido a privações, sendo posteriormente libertado e homenageado com uma grande celebração marcada pelo uso de águas, ervas perfumadas e flores brancas, símbolos de purificação e renovação (Silva Júnior, 2013; Beniste, 2006). A lavagem, nesse sentido, expressa a superação da adversidade e a restauração da ordem, reafirmando a potência do axé e da vida comunitária.

Derivadas desse mito, essas celebrações possuem caráter marcadamente simbólico condensando princípios organizadores do candomblé e materializando no espaço coletivo, valores, hierarquias e cosmologias próprias das religiões de matriz africana. Realizadas, em geral, no adro e nas escadarias das igrejas católicas, cujas portas permanecem fechadas, evidenciam uma convivência tensa e histórica entre catolicismo e religiosidades afro-brasileiras. Inseridas frequentemente no calendário pré-carnavalesco, assumem traços de suspensão temporária das hierarquias e normas do cotidiano, produzindo momentos de visibilidade e inversão simbólica (Guimarães, 2003). A rua torna-se palco de afirmação identitária e de reconfiguração das fronteiras entre o sagrado e o profano.

Para além da dimensão religiosa, as festas de lavagem cumprem função social e política ao projetarem no espaço público a ancestralidade afro-brasileira, ainda atravessada por preconceito e desinformação. Nesse contexto, lideranças religiosas compreendem as lavagens de pátio como atos políticos, pois ocupam simbolicamente a cidade e reivindicam reconhecimento cultural e respeito às tradições de matriz africana.

A ampliação da visibilidade dessas festas, impulsionada pela mídia e pelas políticas culturais, também as insere em circuitos mais amplos de circulação simbólica. A presença de públicos diversos, inclusive adeptos de outras religiões, evidencia sua capacidade de dialogar com diferentes segmentos sociais, ao mesmo tempo em que suscita debates acerca dos limites entre ritual, espetáculo e mercantilização cultural (Debord, 1997).

Essas festas, enquanto articuladoras da religiosidade afro-brasileira, da memória da diáspora e da ocupação simbólica do espaço público, sob o protagonismo dos povos de terreiro, têm se consolidado como eventos de forte atração cultural e turística, ao proporcionarem experiências que ressignificam as narrativas hegemônicas sobre as religiões de matriz africana. Assim, desde 2022, passaram a ser incentivadas pela política de afroturismo, em construção no âmbito do Ministério do Turismo, em parceria com o Ministério da Igualdade Racial.

O afroturismo é apresentado pelo governo federal como um segmento que fomenta roteiros em territórios quilombolas, comunidades tradicionais, espaços de religiosidade de matriz africana, manifestações artísticas, gastronomia e patrimônio cultural afro-brasileiro. Possui dimensão econômica e simbólica, operando simultaneamente como estratégia de geração de renda e como prática de reconhecimento cultural. Do ponto de vista econômico, propõe impulsionar o

afroempreendedorismo, criar oportunidades de trabalho, fortalecer cadeias produtivas locais e integrar territórios negros ao mercado turístico. Na dimensão simbólica, busca promover a valorização identitária, preservar memórias da diáspora africana, ressignificar patrimônios historicamente marginalizados e confrontar narrativas racistas.

Este artigo investiga as festas de lavagem em Alagoas considerando sua trajetória histórica, seu contexto social e suas formas de organização. Busca-se compreender as articulações estabelecidas entre terreiros de candomblé, instituições católicas e órgãos governamentais, especialmente as secretarias municipais de turismo e cultura, bem como o papel da indústria cultural na consolidação dessas celebrações como eventos públicos

O problema de pesquisa consiste em analisar de que maneira essas festas de lavagem contribuem para a valorização da cultura afro-brasileira e em que medida podem se constituir como instrumentos de promoção do afroturismo. Parte-se do pressuposto de que tais manifestações culturais operam não apenas como eventos festivos, mas como dispositivos socioculturais e políticos capazes de fortalecer identidades negras, fomentar práticas turísticas ancoradas na ancestralidade africana e atuar como estratégias simbólicas de enfrentamento à intolerância religiosa e ao racismo estrutural.

Percurso Metodológico

A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, compreendida como aquela que se ocupa dos significados, valores, crenças e práticas sociais produzidos nas interações humanas, buscando interpretar os fenômenos a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos e de seus contextos históricos e socioculturais. Conforme destaca Minayo (2014), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos sentidos e das representações, permitindo apreender dimensões simbólicas e relacionais que não podem ser reduzidas a mensurações estatísticas. Nessa direção, adotou-se o método do estudo de caso múltiplo, que possibilita a investigação aprofundada de fenômenos contemporâneos em seus contextos reais, favorecendo a análise comparativa entre diferentes unidades empíricas (Yin, 2010).

Foram selecionadas três festas públicas de matriz afro-brasileira realizadas em Alagoas, compreendidas como casos analíticos inter-relacionados: a Lavagem do Pátio da Igreja do Senhor do Bonfim, em Maceió; a Lavagem do Rosário dos Pretos, em Penedo; e a Lavagem da Calçada da Igreja do Senhor do Bonfim, também em Penedo. A escolha dos casos considerou sua relevância simbólica, visibilidade pública e potencial articulação com políticas de turismo e cultura no Estado.

Partiu-se de uma revisão bibliográfica especializada acerca das festas afro-brasileiras, do candomblé enquanto sistema religioso e cultural (Bastide, 2001; Prandi, 2009), bem como das interfaces entre turismo, cultura e etnicidade. Essa primeira etapa possibilitou a construção das categorias analíticas que orientaram a pesquisa empírica, tais como afroturismo, patrimonialização, performatividade ritual e gestão cultural.

A segunda etapa correspondeu à pesquisa de campo, realizada entre 2023 e o primeiro semestre de 2025, abrangendo acompanhamento do processo de planejamento e organização das festividades, além de observação participante durante as edições 2023, 2024 e 2025 das três festas. A imersão no campo permitiu registrar dinâmicas internas, formas de articulação entre lideranças religiosas e poder público, bem como as interações estabelecidas com visitantes e turistas.

Como técnica principal de produção de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com atores-chave selecionados por amostragem intencional, considerando sua centralidade nos processos decisórios e simbólicos das festas. Entre os interlocutores estiveram lideranças religiosas, como os babalorixás Pai Célio (Célio Rodrigues), gestor do Museu Axé Pratagy, e Pai Bobô (Francisco Moura de Farias), do Terreiro Ilê Axé Omim Sessú Odé Akueran, baianas participantes das lavagens e gestores públicos vinculados à Secretaria de Turismo e Cultura de Maceió e Penedo e da Secretaria estadual de turismo de Alagoas. O roteiro de entrevistas contemplou temas como organização das festas, relações com o poder público, percepções sobre turismo, experiências de intolerância religiosa e expectativas quanto à consolidação do afroturismo em Alagoas.

A análise dos dados foi conduzida por meio da triangulação de métodos, fontes e referenciais teóricos, estratégia reconhecida como adequada aos estudos de caso por favorecer a convergência de evidências e a robustez interpretativa (Yin, 2010; Zappellini; Feuerschütte, 2015). O material empírico, transcrições de entrevistas, registros de campo e documentos, foi submetido à análise temática, buscando identificar recorrências, tensões e sentidos atribuídos pelos sujeitos às festas públicas de terreiro enquanto práticas religiosas e, simultaneamente, dispositivos de promoção cultural e turística.

Referencial Teórico

Intolerância religiosa no contexto de Alagoas

A intolerância religiosa no Brasil constitui um fenômeno histórico e estrutural que ultrapassa divergências teológicas ou conflitos isolados entre grupos de fé, enraizando-se em processos sociais mais amplos, vinculados à formação colonial do país, à consolidação de hierarquias raciais e à articulação entre poder político e poder religioso. Em um contexto marcado por profundas desigualdades, grupos socialmente hegemônicos tendem a definir quais práticas religiosas são consideradas legítimas, civilizadas ou moralmente aceitáveis, relegando outras à marginalidade (Silva, 2018; Nogueira, 2020; Miranda, 2021).

No Brasil, a laicidade está expressamente prevista na Constituição Federal de 1988, que assegura, em seu artigo 5º, a inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença, garantindo o livre exercício dos cultos religiosos e a proteção aos locais de culto e às suas liturgias. Além disso, a Lei nº 7.716/1989, alterada pela Lei nº 9.459/1997, tipifica como crime as práticas discriminatórias motivadas por religião, entre outros fatores.

Entretanto, verifica-se uma distância entre a garantia formal e a realidade social, o que revela os limites da efetividade desses dispositivos. A intolerância religiosa permanece presente no cotidiano brasileiro, manifestando-se por meio de agressões físicas, ataques a espaços sagrados, discursos estigmatizantes e exclusões institucionais (Silva, 2018; Miranda, 2021). Ainda que diferentes grupos religiosos possam ser alvo de preconceito, as religiões de matriz africana figuram entre as mais atingidas, como resultado de um processo histórico no qual religião e raça se entrelaçam.

A formação social brasileira foi marcada pela colonização portuguesa, pela escravidão de povos africanos e pela imposição de padrões culturais europeus como referência de civilização. Nesse contexto, práticas religiosas de origem africana foram sistematicamente perseguidas, criminalizadas e associadas à barbárie ou à superstição. Durante o período imperial e parte da República, rituais afro-brasileiros foram enquadrados como feitiçaria ou curandeirismo ilegal, reforçando estigmas e legitimando intervenções policiais. Essa herança colonial produziu um

imaginário social que hierarquiza religiões e associa a tradição cristã a um padrão superior de moralidade (Marinho, 2022).

A intolerância religiosa contemporânea dirigida às religiões afro-brasileiras não pode, portanto, ser dissociada do racismo estrutural. Trata-se de uma estrutura de exclusão que envolve omissões institucionais, ausência de políticas públicas específicas e a reprodução de estereótipos negativos; a intolerância não se configura apenas como atitude individual, mas como expressão de engrenagens sociais que mantêm privilégios e desigualdades (Oliveira, 2017).

Além da dimensão ritual, os terreiros constituem espaços de organização comunitária, transmissão de conhecimentos e fortalecimento identitário. Neles circulam saberes sobre ervas medicinais, práticas de cuidado, expressões artísticas, narrativas míticas e valores éticos que estruturam a vida coletiva. Dessa forma, a destruição ou deslegitimação desses espaços implica o enfraquecimento de redes de sociabilidade e de formas próprias de produção de sentido. Como observa Nogueira (2020), atacar a religião de um povo pode significar minar suas bases culturais e simbólicas, afetando sua capacidade de organização e resistência.

Alagoas é o estado brasileiro lócus de um dos episódios mais violentos de intolerância religiosa da história do país, que marcou profundamente sua formação social e cultural: o chamado Quebra de Xangô, também conhecido como “Quebra de 1912”. Trata-se não apenas de um fato do passado, mas de um marco estruturante da relação entre Estado, sociedade e religiões afro-brasileiras em Alagoas. Segundo Ramos e Lima (2024), compreender esse episódio é fundamental para entender por que o racismo religioso assume, no estado, dimensões particularmente profundas e por que o enfrentamento dessa herança exige políticas de memória, reconhecimento e justiça histórica.

No início do século XX, menos de vinte anos após a abolição formal da escravidão, Maceió possuía uma população majoritariamente composta por negros libertos e seus descendentes. Estima-se que existissem cerca de cento e cinquenta terreiros espalhados pelos bairros populares da capital, os quais não eram apenas locais de culto religioso, mas também ocupavam papel central na vida cultural urbana. Funcionavam como centros de sociabilidade, organização comunitária e preservação de referências culturais afrodescendentes, além de constituírem palcos de manifestações como maracatus, marujadas, blocos carnavalescos e outros folguedos populares (Almeida, 2014; Lima, 2025).

Segundo Mandarino (2007), havia uma ambiguidade jurídica que favorecia a perseguição dessas religiões, uma vez que, embora a Constituição republicana assegurasse formalmente a liberdade religiosa, o Código Penal de 1890 continha dispositivos que permitiam enquadrar práticas afro-brasileiras como curandeirismo, feitiçaria ou exercício ilegal da medicina.

O Quebra de Xangô esteve ligado a disputas políticas envolvendo o governador Euclides Malta, que governou o estado por três mandatos durante o período conhecido como “Era Malta”. Embora representante da elite agrária, Malta adotava postura relativamente tolerante em relação aos cultos afro-brasileiros, concedendo autorizações para o funcionamento dos terreiros e assegurando proteção institucional diante de ameaças constantes. Jornais da época passaram a divulgar notícias que associavam o governador a práticas consideradas “bruxaria” ou “magia negra”, insinuando que ele frequentava terreiros para obter proteção espiritual contra adversários (Mandarino, 2007; Almeida, 2019; Rafael, 2010). A vinculação da imagem do chefe

do Executivo às religiões afro-brasileiras foi instrumentalizada para alimentar o desprezo racial já existente na sociedade.

Na madrugada de 2 de fevereiro de 1912, enquanto diversos terreiros celebravam a festa de Oxóssi, milicianos ligados à Liga dos Republicanos Combatentes invadiram e destruíram casas de culto em Maceió. Lideranças religiosas foram espancadas, e objetos sagrados foram queimados ou apreendidos e posteriormente exibidos em desfiles públicos como troféus da “retomada da ordem”.

Após as invasões, muitos sacerdotes e sacerdotisas deixaram o estado, migrando para Sergipe, Pernambuco, Bahia ou Rio de Janeiro. Os que permaneceram adotaram estratégias de sobrevivência que deram origem ao chamado “Xangô Rezado Baixo”: cultos realizados de forma silenciosa, sem tambores e sem cânticos audíveis, frequentemente em locais escondidos nos fundos de quintais (Almeida, 2019).

O Quebra de Xangô não representou apenas um ataque religioso, mas um projeto de desarticulação cultural e política da população negra. Ao destruir os terreiros, atingia-se também a rede de sociabilidade e organização comunitária que neles se estruturava. O episódio pode ser compreendido como uma forma de “terrorismo político-religioso”, na medida em que buscou enfraquecer lideranças e impedir a reorganização das práticas afro-brasileiras. A violência simbólica foi reforçada pelo silêncio posterior: durante décadas, o acontecimento permaneceu marginalizado na historiografia e pouco discutido na esfera pública, compondo uma política de esquecimento que aprofundou o trauma coletivo (Rafael, 2010; Dias, 2019; Lorena de Menezes, 2022).

Somente em 2012, por ocasião do centenário do Quebra de Xangô, houve um pedido oficial de perdão por parte do governo estadual, reconhecendo a responsabilidade do Estado pelas atrocidades cometidas (Miranda, 2021). O evento denominado “Xangô Rezado Alto” simbolizou a tentativa de romper com o silêncio histórico e afirmar publicamente a legitimidade das religiões afro-brasileiras em Alagoas.

O afroturismo e as festas de lavagem

O afroturismo pode ser definido como uma modalidade do turismo que valoriza a história, a cultura, a ancestralidade e as experiências da diáspora africana e afro-brasileira, promovendo a celebração consciente da herança negra e de sua contribuição para a formação sociocultural dos destinos turísticos (Ministério do Turismo, 2025). Essa abordagem não se restringe à visitação de pontos turísticos tradicionalmente associados à cultura negra, mas abrange vivências que conectam visitantes a narrativas, saberes e memórias de comunidades afrodescendentes, muitas vezes protagonizadas por lideranças e empreendedores locais.

A inserção do afroturismo na agenda do governo federal ocorre a partir de 2022, com a criação, no âmbito da Embratur, da Coordenação de Afroturismo, Diversidade e Povos Indígenas. Esse movimento institucional sinaliza o reconhecimento do turismo étnico-afro como estratégia de inovação e diversificação da oferta turística brasileira, ampliando sua competitividade nos mercados nacional e internacional. Para além de seu potencial econômico, o segmento assume relevante função social, ao articular a promoção turística ao compromisso com a equidade racial. Conforme destaca Freixo (2023), presidente da Embratur, o afroturismo constitui eixo central da estratégia institucional para o desenvolvimento de novos produtos, alinhando-se às

exigências contemporâneas de valorização da cultura afro-brasileira e de enfrentamento ao racismo (Embratur, 2023).

No contexto nacional, iniciativas públicas como o Programa Rotas Negras, desenvolvido pelo Ministério do Turismo e instituído pelo Decreto nº 12.277, de 29 de novembro de 2024 (Brasil, 2024), bem como a publicação de guias especializados em afroturismo, a exemplo do manual sobre igualdade racial no turismo lançado pela Embratur em setembro de 2025, evidenciam o reconhecimento institucional desse segmento como instrumento de inclusão social e econômica. Tais ações reforçam a compreensão do afroturismo como política pública orientada à geração de renda, ao fortalecimento do protagonismo negro e à valorização de patrimônios culturais imateriais vinculados à herança afro-brasileira (Embratur, 2025). Além disso, o segmento contribui para a consolidação de práticas educativas antirracistas, ao fomentar experiências, roteiros, festivais e serviços culturais pautados na celebração da ancestralidade africana e na ampliação da representatividade no setor turístico.

O afroturismo parte do entendimento de que o turismo não é automaticamente emancipador nem meramente reproduzidor de estruturas de poder; ao contrário, dependendo de como é organizado e narrado, pode reiterar silenciamentos históricos e reforçar discursos excludentes ou, inversamente, tensioná-los e ressignificá-los, atuando como espaço de disputa de memórias e de reivindicação de justiça histórica. Conforme argumenta Adu-Ampong (2023), é nesse embate entre visibilidade e invisibilidade, entre silenciamento e enunciação, que o turismo se configura simultaneamente como arena de conflito e como possibilidade concreta de transformação social. O afroturismo busca, assim, “subverter lógicas e ordens nas quais o turismo se moldou — eurocêntrico, que tem o homem branco europeu como balizador do mundo” (Oliveira, 2020).

Trata-se de uma abordagem que ultrapassa a segmentação mercadológica do turismo ao se estruturar em torno da valorização das matrizes culturais afro-brasileiras, da afirmação do protagonismo negro e do enfrentamento das desigualdades raciais (Adu-Ampong, 2023; Ministério do Turismo, 2023). A perspectiva epistemológica que permeia o afroturismo reivindica a centralidade de sujeitos africanos e afrodescendentes na concepção, mediação e gestão das experiências turísticas, propondo uma revisão crítica das narrativas patrimoniais hegemonicamente construídas (Oliveira, 2020). Nesse sentido, orienta-se por um movimento de descolonização do patrimônio cultural, ao questionar interpretações eurocentradas e afirmar memórias, resistências e identidades negras como fundamentos legítimos da experiência turística.

Ao proporcionar aos visitantes experiências imersivas na cultura afro-brasileira, incluindo festas de lavagem, culinária, arte, música e religião, o afroturismo atua como instrumento pedagógico, sensibilizando o público quanto à importância da diversidade cultural e à injustiça do racismo (Teixeira, 2023).

Em Alagoas, as festas de lavagem constituem exemplos de eventos culturais que podem ser enquadrados no âmbito do afroturismo. Protagonizadas pelo povo de terreiro, essas celebrações combinam religiosidade, música, danças ritualísticas, gastronomia e experiências comunitárias que atraem visitantes interessados na cultura afro-brasileira. Dessa forma, ao mesmo tempo em que fortalecem a identidade local das comunidades de terreiro, configuram-se como oportunidades de visibilidade cultural e econômica.

No cenário contemporâneo, Santos (2005, p. 222) apresenta uma das interpretações possíveis acerca da relevância das festas de lavagem. Para a autora, embora a população negra

represente parcela significativa da sociedade brasileira, essa expressividade demográfica não se converteu, historicamente, em reconhecimento e visibilidade social: “[...] a expressiva representação numérica de negros na população brasileira não implicou visibilidade social. Nesse sentido, reside a importância da arte e da religião como espaço de manifestação do poder do fraco, como canais alternativos à exclusão da sociedade política”.

Em consonância com essa perspectiva, o babalorixá Célio Rodrigues Santos enfatiza a dimensão sociopolítica das festas de lavagem ao afirmar que elas representam uma estratégia historicamente construída para projetar o candomblé para além dos limites do terreiro. Nas palavras do líder religioso: “Foi uma forma de nossos ancestrais, sabiamente, levarem à rua o candomblé, as ideologias do pensamento do terreiro, assim como saudar a ancestralidade e os nossos orixás. Ela (a festa) vem com esse patamar, com a ideologia de mostrar a religiosidade como parte integrante da comunidade, mostrar para a sociedade que estamos aqui: ‘Epa, eu estou aqui! Me respeite!’ As festas de lavagem de pátio são verdadeiros atos políticos!” (Entrevista concedida em 7 de fevereiro de 2023).

O expressivo número de participantes que não pertencem às religiões de matriz africana demonstra a potência agregadora dessas festas, capazes de estabelecer pontes entre diferentes credos (Guimarães, 2003). A relevância social dessas celebrações reside, portanto, na capacidade de tornar visível uma tradição religiosa que ainda enfrenta processos de marginalização. O caráter político manifesta-se justamente quando o rito ultrapassa os limites do espaço interno do terreiro e ocupa o espaço público, produzindo, por vezes, estranhamento, mas também aproximando sujeitos e promovendo reconhecimento.

Ao incluir festas de lavagem em roteiros turísticos, gestores e comunidades podem articular a ação cultural a estratégias de desenvolvimento sustentável, educando visitantes sobre a história e o sentido ritual, além de combater estigmas e preconceitos que historicamente acompanharam as religiões afro-brasileiras.

Resultados e Discussão

Festas de lavagem em Alagoas

As festas de lavagem têm origem no ritual das Águas de Oxalá (Àwon Omi Òsàlá), vinculado à tradição Nagô–Vodun do candomblé, associada aos grupos do antigo reino de Dahomé (atual Benin) e à nação Yorubá, com destaque para Ketu. O ritual fundamenta-se em um itã que narra a odisséia de Oxalá nas terras de Oyo, mito que estrutura simbolicamente as práticas religiosas posteriormente atualizadas nas festas públicas de lavagem (Beniste, 2006; Prandi, 2009).

Segundo a narrativa mítica, Oxalá decide visitar seu filho Xangô sem aviso prévio, apesar das advertências de um Babalaô que, por meio do jogo de búzios, prevê perigos na viagem e a desaconselha. Diante da insistência de Oxalá, o sacerdote orienta que ele leve três mudas de roupa, sabão da costa e banha de ori, além de seguir rigorosos preceitos comportamentais: não pedir nem negar nada a ninguém e não expressar queixas durante o percurso. Vestido de branco, Oxalá parte levando consigo os itens recomendados.

No trajeto, conforme previsto, é abordado três vezes por Exu. No primeiro encontro, ajuda-o a colocar uma bacia de dendê sobre a cabeça, sujando suas vestes brancas; banha-se e troca de roupa. No segundo, auxilia com um balde de adin (óleo), novamente tendo as roupas manchadas; repete o ritual de purificação. No terceiro, Exu derrama carvão sobre ele, sujando-o mais

uma vez. Em todas as ocasiões, Oxalá mantém a paciência, cumpre as recomendações recebidas e segue viagem após sucessivas purificações.

Ao chegar ao reino de Xangô, encontra um cavalo branco que reconhece como o presente dado ao filho. O animal o acompanha, mas soldados do reino, ao avistarem o cavalo, acusam-no de roubo e o prendem. Oxalá permanece encarcerado por sete anos, período em que sucessivas desgraças e pestes atingem o reino, levando-o à decadência. Ao consultar um Babalaô, Xangô descobre que as calamidades decorrem da injustiça cometida contra um inocente. Ao investigar as prisões, encontra o próprio pai. Para reparar o erro, promove sua libertação, banha-o com água e ervas perfumadas, manda confeccionar um grande tapete de flores brancas e realiza uma celebração que marca o fim das tragédias e a restauração da prosperidade (Beniste, 2006; Prandi, 2009; Rodrigué, 2009).

No Brasil, o reavivamento do mito articulou-se a práticas católicas de origem portuguesa, especialmente durante o período imperial. A lavagem de igrejas antecedia missas festivas e integrava o cumprimento de promessas e penitências. Pessoas escravizadas, frequentemente excluídas dos espaços internos dos templos, realizavam tais atividades por imposição de seus senhores, em um contexto marcado pela repressão às religiões de matriz africana e por processos de conversão forçada. Desse encontro histórico entre tradições africanas e práticas católicas resultaram formas sincréticas que caracterizam as atuais festas de lavagem, evidenciando dinâmicas de resistência e ressignificação (Bastide, 1971).

Em Alagoas, a retomada das festas de lavagem integra um processo de reconstrução da memória histórica e de redefinição das relações entre o Estado e as religiões de matriz africana. Após o Quebra de Xangô de 1912 consolidou-se no estado o chamado “Xangô Rezado Baixo”, caracterizado pela prática religiosa restrita aos espaços internos dos terreiros, como estratégia de sobrevivência diante da perseguição e da intolerância. Esse quadro começou a se modificar no início do século XXI, em consonância com o fortalecimento dos movimentos negros e com a ampliação do debate sobre liberdade religiosa e patrimônio cultural. Um marco simbólico dessa inflexão foi o pedido oficial de perdão do então governador Teotônio Vilela Filho, em 2012, quando o Estado reconheceu sua responsabilidade histórica pela violência praticada contra as religiões afro-brasileiras. O gesto representou um passo importante no processo de reparação simbólica e legitimação pública dessas tradições.

Nesse contexto, as festas de lavagem passam a expressar o que se convencionou chamar de “Xangô Rezado Alto”: a vivência religiosa assumida de forma pública, visível e afirmativa. Ao ocuparem ruas, praças e adros de igrejas com cortejos, cânticos e a lavagem simbólica do espaço urbano, as comunidades de terreiro reafirmam sua presença histórica e reivindicam respeito e equidade de direitos. A água, elemento central do ritual, converte-se também em metáfora de purificação da memória coletiva, simbolizando a superação do silenciamento e a reinscrição da ancestralidade africana na paisagem urbana.

Festa de lavagem do pátio da Igreja do Senhor do Bonfim, em Maceió

O município de Maceió, hoje com população estimada em 994.952 (IBGE, 2025) forma-se a partir de um engenho de cana-de-açúcar nas proximidades do porto do Jaraguá, no séc. XVII. O seu nome de origem tupi refere-se a Maçayó, o que tapa alagadiços (O estado de Alagoas se emancipa em 1817 da capitania de Pernambuco, mas a capital será transferida para Maceió ape-

nas em 1839, sob a força de protestos daqueles que entediam Marechal Deodoro como centro do desenvolvimento já consolidado.

Na relação com a sua história negra, conforme relatado anteriormente, prevalecem os momentos de tensão, silenciamento e negação no território alagoano. Contudo, a partir do momento em que a reparação começa a ser empreendida, os espaços urbanos vão se redesenhando e sendo ocupados pelas vozes antes não faladas/ouvidas como o bairro do Poço, locus principal da primeira festa de Lavagem idealizada em Alagoas, a Festa de Lavagem do Pátio da Igreja do Senhor do Bonfim em Maceió. Desde 1936 o bairro é descrito nas divisões territoriais maceioenses enquanto distrito, nele, na praça 13 de maio, foi erguido um monumento à Mãe Preta, esculpido pelo artista plástico Eurico Maciel e traz a figura em tamanho natural de uma mulher preta segurando uma criança branca, em menção às amas de leite (Fonseca, 2020). Embora para os Movimentos Negros essa data do 13 de maio fale mais do poder branco em assinar um documento, o bairro possui história do povo negro e o ritual de lavagem ali se faz culminância da riqueza cultural e resistência do povo negro.

A Festa de Lavagem do Senhor do Bonfim em Maceió foi idealizada pelo Núcleo de Cultura Afro-Brasileira Iyá Ogun-té, conhecido como Casa de Iemanjá, de responsabilidade do babalorixá Célio Rodrigues, que está à frente da festividade desde a sua concepção no ano 2000. A sua inspiração chega através das diversas participações do Pai Célio na Festa de Lavagem do Bonfim em Salvador, que já ocorre há mais de 200 anos. Por sua vez, Tatá Raminho de Oxóssi, Mestre Griô das tradições Jejê e Nagô no estado de Pernambuco, pai de santo do pai Célio, realizou a Lavagem do Bonfim nessa cidade por quatro décadas (1982-2024) – e mesmo após seu falecimento, a festa continua sendo realizada anualmente nas escadarias da Igreja do Bonfim em Olinda e em ruas do seu Sítio Histórico - sugeriu que o evento deveria ocorrer em Maceió, no sentido de purificação representada na ritualização de limpeza (Fonseca, 2020).

Assim, no segundo domingo de janeiro, a festa que ocorre como ritual de limpeza e renovação, preparando o espaço para o novo. “No contexto da festa, o espaço é apropriado” (Fonseca, 2020, p. 126). Essa mensagem é reforçada na ideia de trazer visibilidade a religião, a cultura negra, o Senhor do Bonfim sincretizado com Oxalá, apresentando obrigações ritualísticas, objetos litúrgicos, transportados pelas mulheres mais velhas do Terreiro que passam por uma preparação para tal. Esse cuidado com o ritual busca desvincular o evento de um momento de espetacularização ou carnavalização e reforçar seu vínculo com a reivindicação por espaço, voz e equidade de direitos, contra a intolerância.

Em 2024, a Rede Alagoana de Comunidades Tradicionais de Matriz Africana lançou o convite para a XXII edição do evento, que aconteceu no dia 14 de janeiro. Da ladeira do bairro Jacintinho, onde se concentra, seguiu pelas ruas até o pátio da Igreja Senhor do Bonfim, no bairro do Poço, que foi lavado com águas de cheiros, flores brancas, fé e música. Em seguida, percorreram as ruas de Maceió até o bairro da Ponta da Terra onde é finalizado o momento religioso. A principal mensagem do ritual foi dizer não à intolerância religiosa.

Figura 1: Início do cortejo



Fonte: Instagram Axé Pratagy (2024)

Figura 2: Cortejo



Fonte: Instagram Axé Pratagy (2024)

Figura 3: Revoada de pombos



Fonte: Instagram Axé Pratagy (2024)

Na edição 2024, Pai Célio exclamou no momento da lavagem que “o pátio é nosso”, o que pode ser entendido como um momento em que os povos de terreiro realizam o “Xangô Rezado Alto” com as suas raízes culturais e ancestralidade. Para os religiosos de matriz africana, o rito anual de purificação com as águas de Oxalá é importante para iniciar o ano pedindo bênçãos para o novo ciclo, com paz, grandeza e prosperidade. Para o pai de santo, essa água representa força e energia e está presente em todo lugar, no corpo, na natureza, em tudo aquilo que vive. A história vinculada às festas de Lavagem reforça a ideia de resistência e sabedoria, de força e ação através de um poder que está além do que se vê – como o fez Oxalá. Durante o ritual o orixá é apresentado em sua manifestação anciã (cajado), Oxalupã e jovem (pilão e escudo), Oxaguiã.

A cada ano, o evento tem ganhado mais espaço na mídia e também junto ao poder público, estadual e municipal. A divulgação do evento aconteceu nas redes sociais, sobretudo, Instagram e houve chamada no Bom dia Alagoas, em 12 de janeiro de 2024, momento em que Pai Célio menciona o objetivo da festividade e reafirma o papel político da lavagem pública: “Nós não queremos ser tolerados. Nós queremos ter respeito. Respeito entre as religiões, respeito entre as pessoas, respeito pelo outro.”

Na XXII edição, várias caravanas do interior do Estado se deslocaram para participar do evento em Maceió e como em anos anteriores, o ritual foi dividido em três atos: 1) clamar pela paz com a revoada de pombos; 2) o ato da lavagem com rosas e águas perfumadas e 3) a caminhada, dizendo não a intolerância religiosa. Nessa edição, não se utilizou fogos de artifício como em anos anteriores, que segundo Pai Célio, foi uma escolha em respeito a todos aqueles que tem sensibilidade, como os autistas e animais. A festa se apresenta combatente e forte de modo diverso, trazendo visibilidade a questões e grupos ignorados e silenciados, como observamos na descrição de Fonseca (2020, p. 138) sobre o evento: “Concentração na rua da casa de uma de suas filhas de santo no bairro do Jacintinho – bairro periférico de Maceió com forte adensamento populacional, localização geomorfológica em platô e, por isso, ladeado de grotas [...]”. Portanto, são muitas as vozes que vêm a público durante a apresentação, lavagem e cortejo, os sujeitos negros invisibilizados, praticantes de uma cultura diversa, rica, de uma religião discriminada, residentes da periferia marginalizada.

Lavagem do Rosário dos Pretos e Lavagem do Senhor do Bonfim em Penedo

Com o mesmo intuito de trazer às vistas e aos ouvidos a importância da cultura negra e de seu povo, foi idealizada a Lavagem do Rosário em Penedo, localizada ao sul do estado de Alagoas. O território penedense, além de banhado pelo rio São Francisco, abriga o primeiro teatro do estado, Teatro Sete de Setembro, além de ter seu conjunto arquitetônico tombado no âmbito nacional em 1995 (IPHAN), estadual em 1986 e municipal em 1989. Foi território de negros Malês, cujos alguns registros estão descritos na obra de Abelardo Duarte, *Negros Mulçumanos nas Alagoas, os Malês* (2019). Raros ainda são os registros acadêmicos ou jornalísticos sobre o povo negro penedense, pois ainda é uma história que muito carece de ser estudada e contada. Nesse contexto de desigualdade na valorização das culturas conforme sua origem étnica, é reconhecida a relevância de realização da festa de lavagem. Em 2005 um líder local do candomblé, da casa de culto de origem Jêje-Ketu denominada Ylê Axé Sessu Omim Odé Akuerã, o babalorixá Fernando de Oiá Balegun (Pai Fernando), em parceria com a Secretaria de Cultura do município, idealizou o evento como uma tradição inspirada na lavagem do Bonfim de Salvador. Com a morte de pai Fernando em 2016, o evento passou a responsabilidade de Francisco Tauássidê de Oxóssi (Pai Bobô).

Quando da proposição do evento, a gestão municipal apoiou desde o início, ao entender que a festa seria um ato público de valorização e respeito às diversas culturas e combate a intolerância religiosa, e principalmente, um instrumento para a valorização da presença do negro na história de Penedo e de proporcionar maior visibilidade aos terreiros da cidade.

A Igreja onde ocorre a lavagem é a Igreja do Rosário dos Homens Pretos começou a ser construída pelos negros pertencentes à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos nos primórdios do século XVII e cuja conclusão demorou dois séculos pela escassez de recursos e outras dificuldades. Como aconteceu em todo o Brasil, a devoção aos santos católicos desviava a atenção da vivência das tradições de matriz africana, permitindo que os rituais continuassem vivos.

Festa da Lavagem do Rosário em Penedo inclui o adro da Igreja de Nossa Senhora dos Pretos e do Beco da Preguiça, cuja inclusão teria sido feita como referência a uma tradição que já acontecia nas proximidades da Igreja do Rosário, pois na década de 80 o beco era lavado por moradores locais, com o objetivo de retirar o mau cheiro do local usado como banheiro público e ornamentá-lo para o Carnaval (Ramos; Lima, 2024). No entanto, em conversa com Pai Bobô, a inclusão da Lavagem do Beco da Preguiça teria ainda uma outra importância, que seria uma homenagem aos escravizados de Penedo que transitavam por esse beco para acessar a Igreja do Rosário dos Pretos.

A festividade ocorre sempre na sexta-feira que antecede o carnaval e ano após ano vem aumentando as suas características espetacularizadas. Em 2024, em 09 de fevereiro, teve-se início a XIX Lavagem, que foi amplamente divulgada em sites locais, redes sociais das secretarias municipais, além de chamada no Bom dia Alagoas, com a então Secretária de Cultura do município, Maria Teresa Machado, chamando os alagoanos para participar da festa, que este ano inovou, entre outras coisas, pela adoção de uma programação infantil com uma jardineira do frevo e um palco onde se apresentou a “Turma do Hulkinho”. Os aspectos de espetacularização podem fragilizar o evento em seu sentido primeiro, desviando a atenção das motivações religiosas e esvaziando a importância do discurso pela equidade. Há que se ponderar, junto aos seus

organizadores e poder público, como o evento pode ser aliado tanto da cultura negra, quanto do turismo e dos objetivos do poder público.

A concentração iniciou às 16h na praça Dr. Manuel Clementino do Monte, onde está localizada a Igreja Senhor dos Pobres. Durante algumas horas, a aglomeração foi aumentada, com as baianas, o babalorixá pai Bobô, seus filhos de santo, carros alegóricos representando os orixás, além do público presente e de toda uma equipe para a cobertura audiovisual do evento. O cortejo saiu por volta das 20h, ao som de cânticos e do toque de atabaques.

Figura 4: Cortejo 2024



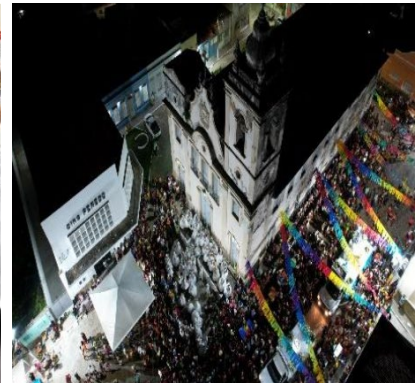
Fonte: Feitosa (2024)

Figura 5: Baianas lavam escadarias



Fonte: Feitosa (2024)

Figura 6: Lavagem vista de cima



Fonte: Feitosa (2024)

No início do ritual, Pai Bobô pediu a proteção de Oxalá, com saudações aos orixás. Em seguida, o cortejo caminhou pelas ruas de Penedo, com dança e cânticos, passando pelo antigo Rosário Estreito, pela Praça do Coreto, até chegar ao Beco da Preguiça, o primeiro a ser lavado. Em seguida, a multidão se dirigiu a Igreja do Rosário, onde um grande público aguardava. O evento teve a participação da população e de visitantes cantando e acompanhando com muita euforia e animação. Durante a lavagem, a multidão que acompanha ficou ansiosa para conseguir uma das rosas brancas que são distribuídas pelas baianas – o que é comum no evento. Aqueles que se fizeram presentes demonstraram emoção e envolvimento com o evento, exaltando o momento de transformação através da fé. Com a finalização da lavagem, o corredor da folia é considerado oficialmente aberto, e é tomado pelas orquestras de frevo, pelas batucadas penedenses e pelos blocos. A partir de então, o Carnaval de Penedo está oficialmente aberto.

A terceira festa pública analisada é a Lavagem da Calçada da Igreja do Senhor do Bonfim de Penedo que tem a frente a roça de santo Ylê Axé de Oxóssi dirigida pelo babalorixá Felipe. Essa é a festividade mais recente das três pesquisadas, com início em 2017. Também se constitui em uma prévia carnavalesca, realizada geralmente quinze dias antes do início do carnaval, sempre no domingo, no bairro Senhor do Bonfim, conhecido popularmente como Oiteiro e que detém o registro de comunidade quilombola reconhecida pela Fundação Cultural Palmares desde 2006.

A proposição dessa festa surgiu a partir da inspiração na Lavagem do Rosário, considerada pelos responsáveis como um evento já consolidado na cidade e como uma oportunidade de fortalecer as raízes quilombolas locais, na tentativa de valorização da cultura afro, que não é enaltecida pelos moradores e que tem a maioria praticamente do catolicismo e protestantismo.

Além de ter sido percebida pelos idealizadores, como uma oportunidade para dinamização local, em termos de lazer, economia e cultura.

Em 2024, teve-se a VI edição, com previsão de início às 14h do dia 28 de janeiro. A concentração iniciou-se na Praça Monsenhor Odilon Lobo, de onde sai o cortejo com as baianas da comunidade, ao som de tambores e atabaques. Da mesma forma que nas outras lavagens, destaca-se o branco, os jarros com flores e água perfumada com alfazema.

O ritual de lavagem das escadarias acontece, primeiro, no monumento onde está a estátua do Cristo Redentor, seguindo pela avenida principal do bairro em direção a Igreja do Senhor do Bonfim, e encerrando com as baianas varrendo e lavando a calçada da igreja com água perfumada e flores. Após o ritual, há também apresentações culturais, capoeira, bonecos gigantes e outras.

Figura 7: Lavagem do cristo



Fonte: Feitosa e Duarte (2024)

Figura 8: Cortejo



Fonte: Feitosa e Duarte (2024)

Figura 9: Lavagem da Igreja



Fonte: Feitosa e Duarte (2024)

A partir de observação in loco, foi possível notar um público externo ao bairro, de visitantes/turistas, mas em número bem reduzido quando comparado à Lavagem do Rosário. Outro aspecto que se destaca é que o percurso inicia com muita gente na concentração, porém poucas pessoas fazem o trajeto de fato. As pessoas da comunidade reverenciam o cortejo, porém a maioria não o acompanha. Uma hipótese para isso pode ser pelo horário em que essa lavagem ocorre, início da tarde, momento em que a temperatura está elevada e o desconforto térmico é grande.

A Lavagem do Senhor do Bonfim apresenta menos recursos materiais e menos espetacularização do que as anteriores. Nesta edição, a quantidade de baianas foi reduzida, em virtude da falta de indumentárias ou de estas estarem sem condições de uso. Com relação a divulgação, esta centrou-se nas redes sociais, sobretudo instagram, sem chamada ou apresentação de resultados em programas locais de TV, como no Bom Dia Alagoas, como foi mencionado nas outras duas festas de lavagens alagoanas.

O fato de se tratar de um evento que destaca a riqueza cultural do povo negro em uma comunidade quilombola e parecer não haver identificação com a manifestação causa um conjunto de inquietações, que começam pelo fato da cidade pouco ou nada conhecer sobre a história do povo negro em sua formação. Por exemplo, o primeiro bairro de Penedo, o Santo Antônio, mais conhecido como Barro Vermelho, contém um número importante de casas religiosas de matriz africana, que ainda parecem escondidas, imbrincadas num cenário de maior pobreza econômica que contrasta com toda riqueza cultural ali presente; além disso, os caminhos mais eficazes para políticas mais efetivas parecem estar sendo descobertos quando falamos de incentivo a valorização cultural e sua equidade quanto às diferentes origens étnicas – o que se origina do negro

ainda é pouco sabido sobre ser importante e em que sentido; por fim, uma outra inquietação se refere ao apagamento da história do povo negro na cidade e a exaltação dos colonizadores brancos nesse processo, logo, o campo simbólico do povo branco está em destaque há séculos, em detrimento de outras origens – o caminho para as políticas públicas é longo.

Poder público e festas de lavagens em Alagoas

Apesar de a Secretaria Estadual de Turismo (SETUR) vir implementando o Programa de Regionalização do Turismo nas diferentes regiões de Alagoas ao longo dos anos, e sobretudo, pelo fato do estado ter uma região focada na cultura afro, a Região do Quilombo, composta por 10 municípios e que abriga a Serra da Barriga, onde nasceu o Quilombo dos Palmares no Séc. XVI, identificou-se que, em Alagoas, o afroturismo não vem sendo incentivado de forma sistemática pelo Estado e que só há pouco tempo essa temática vem se apresentando com maior capilaridade nas ações estatais e na dinamização interna da própria Região do Quilombo, seguindo uma tendência nacional quando nos referimos às políticas específicas citadas anteriormente.

Em entrevista com representante da SETUR-Alagoas, identificou-se o que já havia sido coletado anteriormente com o Pai Célio, responsável pela Lavagem do Senhor do Bonfim de Maceió, ou seja, de que não havia apoio para o evento e de que há até o desconhecimento por parte da Secretaria Estadual a respeito dessa lavagem que já ocorre há 22 anos na cidade. Da mesma forma, quando foi solicitado um levantamento das ações da SETUR nos últimos 10 anos em termos de afroturismo, identificou-se a realização de um evento que aconteceu em quatro edições, o “Festival Quilombola”, realizado em parceria com a Abrasel.

O Festival realizava uma degustação da culinária afrobrasileira, com a reunião de restaurantes da capital e da Região do Quilombo, com pratos da culinária típica vendidos ao preço único de R\$ 15, além da realização de oficinas com grandes nomes da cultural local, como foi o caso da mestra artesã Dona Irinéia, Patrimônio Vivo de Alagoas, que participou do evento.

Todas as outras ações realizadas pela Secretaria Estadual estão ligadas a produção de material publicitário como folder e divulgação da região em eventos com agentes pelo Nordeste, momento em que todas as regiões turísticas de Alagoas estão incluídas. Em termos de um trabalho mais direcionado ao planejamento e organização do afroturismo no âmbito estadual não foram encontrados projetos ou ações, além daquelas que também são realizadas em todas as regiões, por ocasião da atualização do mapa do turismo brasileiro, que ocorre em média a cada dois anos.

Em Penedo, o cenário é diferente porque a Prefeitura Municipal, através das Secretarias de Turismo e de Cultura vem incentivando a construção das festas de lavagens como eventos presentes no calendário anual da cidade e com apoio logístico para que estas sejam bem executadas. É notório que a Lavagem do Rosário tem maior suporte material e de organização, por ter alcançado maior projeção de evento cultural e turístico. Por sua vez, a Lavagem do Senhor do Bonfim, apesar do público menor, apresenta tendência de se consolidar também no calendário local (já são sete edições), no entanto, precisa de maior apoio e incentivo da gestão municipal: “tudo que está dentro da nossa responsabilidade, dentro dos nossos braços e pernas enquanto gestão pública, a gente dá todo esse suporte, principalmente [...] através dos eventos” (Secretaria Municipal de Cultura).

No entanto, apesar desse potencial, o afroturismo em Penedo ainda é pouco promovido e, em grande medida, invisibilizado nos roteiros turísticos oficiais. Embora o município detenha ex-

pressiva riqueza cultural vinculada à história e à presença da população negra, os resultados da pesquisa evidenciam que essa herança permanece em segundo plano, sendo raramente incorporada de forma estruturada às práticas turísticas locais. As iniciativas que mais se aproximam de promover a valorização da população negra e de sua trajetória histórica estão relacionadas, sobretudo, aos incentivos destinados às festas públicas de terreiro, que acabam se configurando como os principais, e, por vezes, únicos, instrumentos de visibilidade dessa matriz cultural no turismo municipal.

Ao reunir os dados coletados em Maceió e Penedo, observamos que as festas acabam por cumprir o papel de ato político, em diferentes proporções, mas mostrando-se a cultura através do ritual, das músicas, danças, imagens, o que possibilita a construção de uma memória para os que realizam o evento e para os que participam dele como espectadores. A atuação do poder público municipal de Maceió, bem como do estado de Alagoas ainda devem melhor se situar, o que se espera ocorrer nos próximos eventos, tendo em vista que o Programa Rotas Negras foi lançado posteriormente e a concepção de Afroturismo, bem como seus desdobramentos, estão em processo de conhecimento. De toda forma, as questões implicadas nas políticas mencionadas são urgentes há longo tempo e devem ser implementadas com consistência e agilidade. Não uma agilidade “instagramável”, mas, efetiva.

Considerações Finais

Este estudo buscou compreender as múltiplas dimensões das festas públicas de lavagem realizadas em Alagoas, enfatizando sua contribuição para a valorização da cultura afro-brasileira, bem como sua potencial configuração como instrumento de promoção do afroturismo, especialmente no contexto do enfrentamento à intolerância religiosa e ao racismo estrutural.

Com base em abordagem qualitativa e no estudo de caso múltiplo, foram consideradas três experiências: a Lavagem do Pátio da Igreja do Senhor do Bonfim, em Maceió, a Lavagem do Rosário dos Pretos, em Penedo, e a Lavagem da Calçada da Igreja do Senhor do Bonfim, também em Penedo. Os resultados indicam que os objetivos foram alcançados, evidenciando que as festas de lavagem extrapolam o âmbito estritamente ritual e assumem relevância sociocultural, política e turística. Em um estado marcado pelo trauma do Quebra de Xangô de 1912 e pela consolidação do chamado “Xangô Rezado Baixo”, essas celebrações representam movimentos de ressignificação histórica, podendo ser compreendidas como expressões contemporâneas do “Xangô Rezado Alto”. Ao levarem o candomblé às ruas, as comunidades de terreiro reivindicam reconhecimento, respeito e equidade de direitos, deslocando-se da marginalização para o centro do debate público.

A pesquisa também evidenciou o potencial das festas para integração ao afroturismo, entendido não apenas como segmento mercadológico, mas como estratégia de valorização identitária e geração de renda ancorada na ancestralidade africana. Observam-se, contudo, dinâmicas distintas: enquanto a Lavagem do Rosário apresenta maior institucionalização e integração ao calendário cultural e carnavalesco de Penedo, a Lavagem do Bonfim em Maceió carece de reconhecimento mais sistemático por parte da gestão estadual. Já a Lavagem do Bonfim no bairro quilombola do Oiteiro revela potencial de dinamização local, mas enfrenta desafios quanto à adesão comunitária, recursos e divulgação.

Tais diferenças demonstram que a consolidação do afroturismo depende de planejamento integrado, diálogo com as comunidades de terreiro e superação de ações pontuais ou meramente promocionais. No âmbito estadual, as iniciativas voltadas ao afroturismo ainda se mostram incipientes e pouco sistematizadas; em contrapartida, a experiência de Penedo indica que o apoio municipal pode ser decisivo para consolidar essas festas como eventos culturais e turísticos, embora ainda haja lacunas na incorporação estruturada da herança afro-brasileira aos roteiros oficiais.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui ao tensionar a compreensão do turismo como espaço de disputa simbólica. As festas revelam que o turismo pode tanto reforçar processos de espetacularização quanto funcionar como arena de afirmação identitária e pedagogia antirracista. A ampliação da dimensão festiva, especialmente na Lavagem do Rosário, evidencia ambivalências: amplia visibilidade e fluxo de visitantes, mas pode fragilizar o sentido religioso e político original, sendo que, essa tensão exige reflexão constante para que a lógica do espetáculo não se sobreponha à centralidade do axé e da ancestralidade.

Entre as limitações, destacam-se o recorte espacial restrito a três festas em dois municípios e a predominância de dados qualitativos, sem mensuração sistemática de impactos econômicos. O recorte temporal também coincide com a fase inicial de institucionalização do afroturismo como política pública federal, o que demanda estudos futuros, bem como investigações sobre a percepção dos visitantes e os impactos internos nas comunidades religiosas.

Em síntese, as festas públicas de lavagem em Alagoas constituem espaços privilegiados de articulação entre religiosidade, memória, política e turismo. Ao atualizarem o mito das Águas de Oxalá e reafirmarem a ancestralidade africana, inscrevem-se nas disputas por reconhecimento e justiça histórica. Quando apoiadas de forma ética e estruturada, podem tornar-se pilares de um afroturismo comprometido não apenas com a circulação de visitantes, mas com a transformação das narrativas hegemônicas sobre a cultura negra no Brasil, afirmando-se como práticas de reexistência e emancipação.

REFERÊNCIAS

- ADU AMPONG, E. A. The embodied absence of the past: slavery heritage and the transformative memory work of tourism. **Annals of Tourism Research**, v. 101, art. 103590, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.annals.2023.103590>.
- ALMEIDA, A. As cinzas da Coleção Perseverança, o Quebra de Xangô ainda arde. **Encontro de História da Arte**, Campinas, SP, n. 14, p. 91–98, 2019. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/eha/article/view/3321>. Acesso em: 23 fev. 2023.
- ALMEIDA, L. S. de. Meu velho diário e a macumba em Alagoas. **Blog do Sávio Almeida: ensaios sobre Alagoas**. 2014. Disponível em: http://luizsviodealmeida.blogspot.com/2014/06/luiz-savio-de-almeida-meu-velho-diario_7.html. Acesso em: 28 mar. 2022.
- AMARAL, R. C. M. P. **Povo-de-santo, povo de festa: estudo antropológico do estilo de vida dos adeptos do candomblé paulista**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000736483>. Acesso em: 23 fev. 2023.
- BASTIDE, R. **O candomblé da Bahia: rito nagô**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BENISTE, J. **As águas de Oxalá – Àwon Omi Òsàlá**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- BOM DIA ALAGOAS. Comunidades de matriz africana realizam lavagem do Bonfim em Maceió. Globoplay, 12 jan. 2024. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12260732/>. Acesso em 22 ago 2024.
- BOM DIA ALAGOAS. Sexta-feira é o dia tradicional da lavagem das escadarias do rosário, em Penedo. Globoplay, 9 fev.2024. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12341192/>. Acesso em 22 ago 2024.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 22 set. 2022.
- BRASIL. Decreto nº 12.277, de 29 de novembro de 2024. Institui o Programa Rotas Negras. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 nov. 2024. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2024/decreto-12277-29-novembro-2024-796630-publicacaooriginal-173636-pe.html>. Acesso em: 15 fev. 2026.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Diagnóstico das Políticas de Afroturismo no Brasil**. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/afroturismo/diagnostico-do-afroturismo-no-brasil.pdf>. Acesso em: 5 abr 2025.
- BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 jan. 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 20 fev. 2023.
- BRASIL. Lei nº 9.459, de 15 de maio de 1997. Altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 maio 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9459.htm. Acesso em: 20 fev. 2023.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Marcos conceituais**. Disponível em: http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf. Acesso: 5 maio 2023.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. São Paulo: Contraponto, 1997.
- DIAS, G. T. **Os intelectuais alagoanos e o Quebra de Xangô de 1912: uma história de silêncios (1930-1950)**. Maceió: EDUFAL, 2019.
- DUARTE, D.; FEITOSA, K. Lavagem do Bonfim resgata manifestações da cultura afro em Penedo. Prefeitura do Penedo, Penedo, 29 jan. 2024. <https://penedo.al.gov.br/2024/01/29/lavagem-do-bonfim-resgata-manifestacoes-da-cultura-afro-em-penedo/>. Acesso em 28 ago 2024.
- EMBRATUR. Afroturismo é o eixo central da Embratur, afirma presidente da Agência. 31 ago. 2023. Disponível em: <https://embratur.com.br/2023/08/31/afroturismo-e-o-eixo-central-da-embratur-afirma-presidente-da-agencia/>. Acesso em: 15 fev. 2026.
- EMBRATUR. Embratur fortalece afroturismo — debates sobre igualdade racial e desenvolvimento. 22 ago. 2025. Disponível em: <https://embratur.com.br/2025/08/22/embratur-fortalece-afroturismo-no-salao-do-turismo-com-debates-sobre-igualdade-racial-e-desenvolvimento/>. Acesso em: 15 fev. 2026.
- EMBRATUR. **Guia prático sobre igualdade racial no turismo**. [S.l.]: Embratur; CAF, 2025. Disponível em: https://embratur.com.br/wp-content/uploads/2025/02/Guia-igualdade-racial-turismo_set-2.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

- FARIAS, J. P. B.; PIMENTEL, J. M. V.; SANTOS, L. C. Turismo étnico-afro: uma possível alternativa para empreendedorismo e empoderamento negro no Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 21, núm. 2, 2021. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1867/742>. Acesso em: 5 abr. 2023.
- FEITOSA, K. Lavagem do Rosário abre oficialmente o carnaval em Penedo. <https://penedo.al.gov.br/2024/02/10/lavagem-do-rosario-abre-oficialmente-o-carnaval-em-penedo/>. Acesso em: 28 ago. 2024.
- GUIMARÃES, E. A. M. Lavagem do Bonfim: entre a produção e a invenção da festa. **Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade**. v. 12, n. 19, p. 135-146, 2003.
- LORENA DE MENEZES, A. P. S. **Reverberações contemporâneas do Quebra de Xangô de 1912: continuidades e desdobramentos da devassa aos terreiros em Maceió/AL**. 2022. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/8782>. Acesso em: 6 fev. 2023.
- MANDARINO, A. C. D. S. **Deu na primeira página: macumba, loucura e criminalidade**. São Cristóvão: Editora UFS, 2007.
- MARINHO, P. M. D. C. Intolerância religiosa, racismo epistêmico e as marcas da opressão cultural, intelectual e social. **Sociedade e Estado**, v. 37, n. 2, p. 489-510, maio/ago. 2022.
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- MIRANDA, A. P. M. de. “Xangô rezado alto”: mobilizações políticas e ocupação de espaços públicos por afrorreligiosos em Maceió (AL). In: MIRANDA, A. P. M. de; OLIVEIRA, I. M.; LIMA, L. L. da G. (org.). **As tramas da intolerância e do racismo**. Rio de Janeiro: Telha, 2021.
- MIRANDA, A. P. M. de. A “política dos terreiros” contra o racismo religioso e as políticas “cristofascistas”. **Debates do NER**, Porto Alegre, 2021. DOI: 10.22456/1982-8136.120344.
- NOGUEIRA, S. **Intolerância religiosa**. São Paulo: Pólen, 2020.
- OLIVEIRA, A. M. B. **Religiões afro-brasileiras e o racismo: contribuição para a categorização do racismo religioso**. 2017. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- OLIVEIRA, N. A. Afroempreendedorismo no turismo, desigualdade racial e fortalecimento da identidade negra. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 9, n. 1, p. 42–63, 2020. DOI: <https://doi.org/10.21680/2357-8211.2021v9n1ID22322>.
- PACHECO, L. C. Racismo e Intolerância Religiosa: Representações do Xangô nos jornais de Maceió entre 1905 e 1940. **Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana** Ano VIII, nº XV, p. 80-109, ago., 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1983-6023.sank.2015.102435>. Acesso em: 27 jan. 2023.
- PRANDI, R. **Mitologia dos orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- RAFAEL, U. N. Muito barulho por nada ou o “xangô rezado baixo”: uma etnografia do “Quebra de 1912” em Alagoas, Brasil. **Etnográfica**, v. 14, n. 2, p. 289-310, 2010.
- RAFAEL, U. N. **Xangô rezado baixo: religião e política na Primeira República**. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.
- RAMOS, Silvana Pirillo; LIMA, Renata Mayara Moreira de. Lavagem do Rosário dos pretos como evento turístico: pelo fim do “Xangô rezado baixo” em Alagoas. In: ALVES, Maria Lucia Bastos; OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de; BRUSSIO, Josenildo Campos (org.). **Visitando crenças e festas do Nordeste brasileiro** [recurso eletrônico]. Natal: EDUFRN, 2024.
- RODRIGUÉ, M.S. **Ori, na tradição dos Orixás**. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/2111/1/Maria%20das%20Gracas%20de%20Santana%20Rodrigue.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2026.
- RODRIGUES, D. D. S. **Cidade em preto e branco: turismo, memória e as narrativas reivindicadas da São Paulo Negra**. 2021. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100140/tde-23042021-120824/pt-br.php>. Acesso em: 20 abr. 2023.
- SANCHEZ, C. Pesquisadora conta como surgiu tradicional “Lavagem do Rosário” em Penedo. **AquiAcontece**, Penedo/AL, 22 fev. 2022. Disponível em: <https://aquiacontece.com.br/cristina-sanchez-e-os-misterios-da-tradicional-lavagem-do-rosario-em-penedo/>. Acesso: 08 jun. 2023.
- SANTOS, E. C. M. **Religião e espetáculo: análise da dimensão espetacular das festas públicas do candomblé**. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- SILVA JÚNIOR, C. G. **Da fé à festa: uma análise ritual, simbólica e performática dos festejos da Lavagem do Rosário Largo em Penedo, Alagoas**. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia) –

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2013.

SILVA, A. O. Sobre a intolerância religiosa. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 203, p. 63-95, abr. 2018.

TEIXEIRA, A. S. **Afroturismo e o resgate da dignidade do povo negro**: estudo de caso das manifestações culturais da Casa de Oxum na Península de Itapagipe – BA. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

TEIXEIRA, L. Vapores e escravos no Penedo, Alagoas, na década de 1850. **Sæculum** – Revista de História, n. 34, p. 123–142, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/26473>. Acesso em: 21 jul. 2024.

VINÍCIUS, F. **Lavagem do Rosário movimenta sexta-feira de carnaval em Penedo**. Prefeitura de Penedo, 18 fev. 2023. Disponível em: <https://penedo.al.gov.br/2023/02/18/lavagem-do-rosario-movimenta-sexta-feira-de-carnaval-em-penedo/>. Acesso em: 20 abril 2023.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZAPPELLINI, M. B.; FEUERSCHÜTTE, S. G. O uso da Triangulação na Pesquisa Científica Brasileira em Administração. **Administração: Ensino e Pesquisa**. Rio de Janeiro. V. 16, nº. 2, p. 241–273, 2015. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/238/183>. Acesso em: 5 abr. 2023.